

Governistas divididos Dificuldade para aprovar reforma

Se a votação das reformas constitucionais pretendidas pelo governo fosse hoje, as bancadas do PMDB, PFL, PSDB, PP e PTB — que apóiam o presidente Fernando Henrique Cardoso — votariam de forma diferente e, em alguns casos, estariam divididas.

Numa suposta votação da quebra do monopólio do petróleo, por exemplo, 50% do PMDB e 37% do PSDB estariam contra, e 76% do PFL, 71% do PP e 74% do PTB aprovariam a abertura do setor à iniciativa privada, segundo o Soma.

Em situação semelhante estão outros temas: desvinculação do salário mínimo dos benefícios da Previdência,

fixação dos juros na Constituição e estabilidade dos servidores públicos.

A preocupação do presidente em promover um grande seminário com seus ministros, encontros com as bancadas que o apóiam e reuniões semanais com os líderes partidários funcionou: o discurso está unificado.

De acordo com a pesquisa, deputados e senadores que se declararam governistas apontam como prioridade as reformas tributária, fiscal, da Previdência e do Estado.

Além disso, é forte a intenção de retirar da Constituição tudo aquilo que puder constar de legislação complementar. (WG)

Além do fim da estabilidade e da proposta de desvincular os reajustes do mínimo e da Previdência, o governo vai caminhar no fio da navalha quando várias outras mudanças que vai propor à Constituição estiverem sendo votadas pelo Congresso.

Segundo a pesquisa Soma/Correio Braziliense, a quebra do monopólio da União sobre a distribuição de energia elétrica, por exemplo, tem o apoio de 63% dos parlamentares, o que ainda não garante a aprovação.

Quaisquer mudanças na Constituição necessitam da aprovação de três quintos dos integrantes de

cada Casa — 60% de deputados e de senadores. Foram aplicados 330 questionários, tanto na Câmara como no Senado.

Margem — Essa diferença de três pontos percentuais (63%-60%) seria a tênue folga de que o governo poderia dispor se a margem de erro da pesquisa não fosse de 3,6 pontos.

Ou seja, a receptividade à intenção do governo de quebrar o monopólio da distribuição de energia está entre 59,4% e 66,6%, índice muito próximo ao exigido para que a Constituição seja alterada.

Na mesma situação encontram-

se outras oito propostas que o governo julga serem fundamentais para o desenvolvimento do País.

São elas: a quebra dos monopólios sobre a produção de energia elétrica (com adesão de 61% dos parlamentares), das telecomunicações (53%) e do petróleo (51%), a independência do Banco Central (61%) e a retirada da Constituição de um limite para os juros (55%).

Tem apoio folgado apenas a redução do número de impostos (91%), a limitação ao uso de medidas provisórias pelo Executivo (88%) e o controle do Judiciário (74%).